

CRIAÇÃO DA ARMA DE TRANSMISSÕES

1. INTRODUÇÃO

Neste ponto pretendemos dar uma panorâmica geral dos eventos que antecederam e conduziram à criação da Arma de Transmissões, mas também das condicionantes que só permitiram a sua concretização em 1970.

A criação da DAT, em 1959, associada à implementação de cursos específicos para Transmissões na Academia Militar (AM) e, posteriormente, à criação do RTm, no Porto, e do Depósito Geral de Material de Transmissões (DGMT), em Linda-a-Velha, ambos em 1965, contribuíram decisivamente para a criação da Arma. Por isso, para vincar as várias metamorfoses da Arma de Transmissões organizou-se este ponto em antecedentes, criação da DAT e, finalmente, criação da Arma de Transmissões.

2. ANTECEDENTES

*“Na sua tese do Curso de Estado-Maior, publicada em 1938, o tenente de Engenharia Câmara Pina afirmava que, em sua opinião, a criação da Arma de Transmissões, separada da Engenharia, não se justificava”*¹ (Santos, et al., 2008, p. 95).

No entanto, começou a verificar-se que a necessidade de existir uma Arma de Transmissões independente da Arma de Engenharia era cada vez mais evidente. Considerando que *“a evolução constante das técnicas nos seus múltiplos aspetos, tanto no domínio da Engenharia como no da Eletrónica, constituía para a Arma de Engenharia um pesadíssimo encargo no caso de continuar a ter a seu cargo as Transmissões como um dos seus ramos especializados, tal circunstância justificava que se pensasse na criação de uma nova Arma, dividindo desta maneira tarefas que mesmo assim continuariam a ser bastante trabalhosas”* (Bastos Moreira, 1991, p. 31).

Esta ideia foi também defendida em dois artigos de opinião publicados na revista de Engenharia, em 1951. O primeiro artigo, da autoria do Brigadeiro Hermínio Serrano, justificou a criação da Arma de Transmissões pela crescente complexidade das suas atividades, sublinhando que a França enveredou por esse caminho após a segunda Guerra Mundial. O segundo artigo, da autoria do major João Galhardo, defendeu a criação de uma nova Arma com base na necessidade da contra-ligação, que atualmente se pode traduzir pela Guerra Eletrónica (Santos, et al., 2008, p. 96).

Após a integração de Portugal na NATO, os EUA assumiram o compromisso de nos fornecer material militar, tendo instalado na sua embaixada em Lisboa, um *Military Assistance and Advisory Group* (MAAG) com a finalidade de apoiar tecnicamente o Exército português na operação, manutenção e conservação desse material, e de disponibilizar vagas para cursos de formação na Alemanha e nos EUA para valorização e atualização dos nossos quadros. Desta forma, muitos oficiais e sargentos puderam contactar com outros militares de vários países e estabelecer comparações estruturais, apercebendo-se da *“aberração que era mantermos as Transmissões dentro da Arma de Engenharia, cuja doutrina tática de emprego e técnicas de trabalho não tinham qualquer semelhança”*, e também da *“complexidade técnica e tecnológica que começavam a apresentar os materiais, especialmente os de transmissões, não seria viável continuar a rotação do pessoal por atividades tão díspares”* (Pereira Pinto, 2003, p. 6).

Um dos oficiais que frequentou o Curso de Comandante de Companhia de Transmissões Divisionária²,

¹ Tenente Câmara Pina, A TSF e as Transmissões, Lisboa (1938, p. 73).

² O curso tinha como premissa um conceito pelo qual o Comandante das Transmissões da Divisão devia ter uma elevada cultura militar, onde se incluíam conhecimentos de estado-maior e das outras Armas, capacitando-o para dialogar com as repartições do Estado-Maior da Divisão e para apoiar os sistemas de transmissões das outras Armas (Santos, et al., 2008, p. 96).

no âmbito do auxílio militar americano à constituição da 3ª Divisão portuguesa, foi o tenente Pereira Pinto³ que teve acesso a conteúdos então desconhecidos em Portugal, entre os quais a “Divisão Pentómica”⁴, recém adotada pelos americanos para operar em ambiente de guerra nuclear. Após a conclusão do curso elaborou e apresentou de forma convincente um relatório onde incluía a proposta de criação da Arma de Transmissões (Santos, et al., 2008, pp. 96-97). Após receber o relatório, a Inspeção das Tropas de Transmissões (ITT) pediu o parecer do major Constante Júnior da Escola do Exército (antecessora da AM).

Com os conhecimentos adquiridos, na altura o jovem tenente viria a exercer, nos anos seguintes, uma notável influência em todos os setores da futura Arma de Transmissões, nomeadamente: no **Batalhão de Transmissões n.º 3** (BTm3), na **criação da Arma**, na Guerra Colonial, na Instrução [Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), AM e **Escola Prática de Transmissões** (EPTm)], na GE, na Logística e na **DAT** (Santos, et al., 2008, p. 97).

Em 1959, o Comando das Forças Terrestres do Centro da Europa (LANDCENT) recusou adotar a Divisão Pentómica que estaria desajustada ao teatro de operações da Europa, avançando com uma organização de conceção triangular, permanentemente estruturada em agrupamentos táticos (Brigadas) com logística integrada. Consultados os países aliados, Portugal optou pelo conceito LANDCENT, propondo-se edificar uma Brigada que seria equipada pelos EUA com sistemas de armas de última geração (Pereira Pinto, 2003, p. 7).

Segundo o *tenente-general* Pereira Pinto (2003, p. 7), em 1959 o EME elaborou o Quadro Orgânico (QO)⁵ da Brigada LANDCENT e para as manobras de 1960, essa Brigada, comandada pelo coronel Tirocinado Sá Viana Rebelo⁶ já incluía uma Unidade de Transmissões de escalão Companhia organizada pelo BTm3.

Existiam múltiplos condicionamentos que impediam a criação, a curto prazo, da Arma de Transmissões, sublinhando-se a carência de oficiais na Arma de Engenharia do ramo de Transmissões, agravada pela criação do Serviço de Material⁷, em 1956 (Santos, et al., 2008, p. 95), responsável por realizar a manutenção do material do Exército. Neste novo Serviço foram integrados oficiais de Artilharia, de Engenharia e outros que tiveram de licenciar-se em engenharia mecânica. Este acontecimento teve grande importância para as Transmissões, uma vez que sangrou a Arma de Engenharia de muitos e bons oficiais e todos os sargentos radiomontadores. Tudo isto atrasou a criação da Arma de Transmissões (Pereira Pinto, 2003, p. 6).

O quadro de efetivos na Arma de Engenharia era único, embora o pessoal estivesse dividido nas diversas especialidades; os Oficiais eram todos de Engenharia porque o Curso na Escola do Exército era o mesmo, mas havia uma separação entre Engenharia e Transmissões, especialmente para efeitos de escala de mobilização. No entanto, a pressão exercida pelos relatórios de missão que chegavam à Arma de Engenharia levou a que fossem tomadas as seguintes medidas (Pereira Pinto, 2003, p. 6):

- A criação, em 1958, na Arma de Engenharia de dois ramos, Sapadores e Transmissões, pelos quais foram distribuídos os oficiais do QP, e aos quais ficavam vinculados definitivamente, contrariamente ao que sucedia antes.

³ O curso destinava-se a majores, tendo sido incorretamente nomeado, dado que o critério adotado foi o normal e válido para qualquer outro curso destinado a comandantes de companhia; por isso, foi nomeado um tenente.

⁴ Articulava-se em cinco agrupamentos mistos de escalão batalhão, dotada de logística concentrada e com grande dispersão e mobilidade. Cada batalhão dispunha de companhias de carros de combate, companhias de infantaria e baterias de artilharia. Esta orgânica Pentómica foi adotada pelos EUA durante a década de 1950, assumindo que as forças terrestres deveriam manter a capacidade de combate em caso de guerra nuclear. Contudo, estas divisões não passaram do nível experimental, sendo abandonadas no início da década de 1960, adotando-se uma organização para a divisão estruturada em três comandos de combate (brigadas), sem unidades permanentemente atribuídas (Wikipédia, 2019).

⁵ O capitão Pereira Pinto foi nomeado para a elaboração dos QO do BTm da Divisão LANDCENT e da Companhia de Transmissões da Brigada LANDCENT, usada nas manobras de 1960, onde foi adjunto do Comandante da Companhia (Santos, et al., 2008, p. 97).

⁶ Viria, mais tarde, já como general (tenente-general), a ser o primeiro Diretor da Arma de Transmissões.

⁷ Através do Dec-Lei n.º 40 880, de 24 de novembro de 1956 (ME, 1956).

- A criação, em 1959⁸, na AM, do curso de Transmissões sem a exigência de formar engenheiros, admitindo-se que oportunamente e de acordo com as necessidades, seria equacionada a licenciatura em engenharia para constituir um corpo de engenheiros da Arma, exclusivamente dedicados à sua componente técnica.

Em 1958, tendo em consideração a “*necessidade de unificar tanto quanto possível a preparação dos oficiais dos três ramos das Forças Armadas (FFAA) e estabelecer entre eles uma estreita camaradagem*” (PC e ME, 1959, p. 172), que preparasse adequadamente os oficiais do QP, dotando-os de uma cultura geral e técnico-científica de nível superior, uma sólida educação moral e física, e uma formação militar cuidada, incutindo-lhes os deveres militares e as qualidades de comando para puderem enfrentar as condições da guerra moderna, foi criada a Academia Militar, em substituição da Escola do Exército.

O Dec-Lei n.º 42 151, de 12 de fevereiro de 1959, criou a AM atribuindo-lhe a responsabilidade pela preparação técnica e especializada, a ministrar em cursos superiores aos oficiais-alunos destinados ao preenchimento das necessidades dos quadros especiais do Exército e da Força Aérea, bem como a colaborar na preparação dos oficiais destinados aos quadros técnicos dos serviços destes dois ramos.

Este diploma criou, para as Transmissões, dois tipos de cursos distintos (p. 174):

- “*f) É criado o curso de Formação de Oficiais de Transmissões*”, referenciado pelo tenente-general Pereira Pinto nas suas memórias;
- “*h) São criados os cursos militares de Engenharia Mecânica, de Engenharia Eletrotécnica (...) com o fim de satisfazer as necessidades dos serviços técnicos do Exército (...)*”, sendo a preparação técnica e militar ministrada na AM, seguida da preparação complementar no Instituto Superior Técnico (IST).

Nas memórias do tenente-general Pereira Pinto (2003, p. 6), é referido que em 1960 “*o plano de curso dos alunos de Transmissões foi de novo alterado, por pressão da Direção da Arma de Engenharia e de outras entidades, alegando que se iria baixar o nível técnico e cultural aos futuros oficiais, pelo que os alunos que haviam entrado para o curso previsto, tiveram de ser encaminhados para o IST*”⁹.

Tendo em consideração a Portaria n.º 17 894, de 10Dec1960, “*aos 5 alunos que frequentaram com êxito em 1959/60 o 1º ano desse curso de «Formação de Oficiais de Transmissões»*”, entretanto extinto, “*era dada a possibilidade de transitarem para o 3º ano (Infantaria ou Cavalaria) ou então repetir o ano 1960/61, integrados na Engenharia. Desses 5 oficiais, 4 optaram por repetir o ano e entrar em Engenharia*”. No fim desse ano letivo, todos os alunos foram transferidos para a Gomes Freire “*onde a Engenharia é subdividida (Armas de Engenharia e de Transmissões, e Serviço de Material)*” (Bento Soares, 2019a). No final desse ano letivo foram atribuídos à Arma de Transmissões 14 alunos, os 4 alunos supracitados e mais 10 (*Tabela 1*)).

⁸ Segundo o major-general João Afonso Bento Soares “*estando a ser pensada a criação da Arma de Transmissões, nomeadamente, já com alguns estudos em 1958, haveria que na então EE [Escola do Exército] ser dada a necessária formação técnica aos alunos que viessem a integrar a novel Arma. Assim, finalizado o 1º ano geral da EE de 1958/59, foi presente aos cadetes que transitaram para o 2º ano (aquando da escolha da Arma a seguir), a possibilidade de optarem por um Curso de Transmissões (...). Tratava-se do curso «Formação de Oficiais de Transmissões» que seria incluído em 5. h) do Dec-Lei n.º 42 151 de 12Fev1959 [Curso de Engenharia Eletrotécnica Militar]. Houve então 5 alunos que escolheram essa opção e frequentaram, com aproveitamento, o 1º ano desse curso em 1959/60*”. Daqui se depreende que, legalmente, o Curso de Transmissões [5 anos, referido em 5. f) do supracitado Dec-Lei], só foi criado em 1959, no entanto, na prática, segundo este testemunho, este curso iniciou-se no ano letivo 1958/59.

⁹ Confirmado segundo o MGen João Bento Soares (2019) “*a nível dos responsáveis pela criação da futura Arma, obteve-se a decisão de que o perfil técnico dos futuros oficiais da Arma não poderia ser o que sairia do referido curso de Transmissões de 4 anos, mas antes a obtenção de uma licenciatura em Engenharia Eletrotécnica (4 anos de AM que garantiam os Preparatórios de Engenharia, seguidos dos 3 anos da respetiva especialidade no IST). Tal curso veio a ser contemplado na Portaria n.º 17 894 de 10Dec1960*”.

Tabela 1 - 1º Curso de Transmissões – Engenharia Eletrotécnica Militar (1959-1966)

Nº Corpo/Nº Curso	Nome	Data de entrada AM	Posto	Observações
22 / 1	José Alfredo de Carvalho Saraiva Mendes	1959/60	Cadete	
142 / 2	Fernando Homero Cardoso Figueira	1959/60	Alf Miliciano Art	
341 / 3	Luís Miguel da Costa Alcide de Oliveira	1959/60	Cadete	
265 / 4	José Carvalho Gomes	1958/59	Cadete	Optou por Tm a)
276 / 5	José Luís Pereira Gonçalves	1958/59	Cadete	Optou por b)
304 / 6	Luís Alberto Cruzinha Soares	1957/58 1959/60	Cadete	s/ aproveitamento. Admitido
488 / 7	João Alberto Honrado Gomes	1958/59	Cadete	Optou por Tm a)
202 / 8	Francisco António Frade	1959/60	Cadete	
459 / 9	António Manuel Borges de Brito Subtil	1959/60	Cadete	
120 / 10	Fernando Manuel Dias do Amaral Marques	1959/60	Cadete	
200 / 11	João Afonso Bento Soares	1959/60	Cadete	
258 / 12	José Luís da Silva Louro	1958/59	Cadete	
526 / 13	João Manuel da Cruz Cordeiro	1958/59	Cadete	Optou por Tm a)
453 / 14	Fernando Vieira da Cunha Lima	1958/59	Cadete	Optou por Tm a)
222	João Maria da Silva Violante	1957/58 1958/59 1959/60	Cadete	C. Geral Prep. Repetiu 1º ano 2º ano Tm

Fontes: Anuários da AM – 1957/58, 1958/59, 1959/60, 1960/61, 1961/62, 1962/63, 1963/64, 1964/65, 1965/66 (AM, 1958 a 1966)

Notas: a) frequentaram “Curso de Transmissões” nos termos de 5. f) do Dec-Lei n.º 42.151 de 12Dec1959.

b) repetiu o 1º ano geral.

Os finalistas do 4º Ano da Academia Militar (ano letivo de 1962/63) foram no ano seguinte promovidos a alferes-alunos de Transmissões e seguiram para o IST, onde frequentaram os 3 últimos anos do curso, na especialidade de Engenharia Eletrotécnica. No ano letivo 1965/66 terminaram a sua licenciatura em Engenharia Eletrotécnica os primeiros 5 oficiais-alunos que foram frequentar de imediato o tirocínio e, findo este, entraram no Quadro Especial de Transmissões, como tenentes Engenheiros Eletrotécnicos¹⁰.

Todos os cursos ministrados na AM tinham uma duração de quatro anos, seguidos do respetivo tirocínio¹¹, exceto os de Engenharia, onde se incluía a Engenharia Eletrotécnica Militar, cuja duração era de sete anos, seguidos do respetivo tirocínio¹², sendo os primeiros quatro anos frequentados na AM e os três anos seguintes no IST, onde frequentariam o 4.º, 5.º e 6.º anos de Engenharia Eletrotécnica (PC e ME, 1959, p. 175).

O supracitado Dec-Lei n.º 42 151¹³ (1959, pp. 175, 178) definia, para todos os cursos, um exercício conjunto anual com uma duração de duas semanas e um estágio interforças armadas em estabelecimentos militares, em regime de internato comum, durante os últimos três meses do 4º ano.

¹⁰ Saraiva Mendes, Alcide de Oliveira, Amaral Marques, Bento Soares e Cunha Lima (AM, 1966, p. 87).

¹¹ Destinado a ministrar instrução aos alunos para os habilitar ao desempenho das funções de subalterno, reservando um período de duas semanas para manobras ou exercícios, onde desempenhariam funções de auxiliares de comandantes de companhia ou equivalentes (Art.º 27.º do Dec-Lei n.º 42 151, de 12Fev1959).

¹² Os alunos do Curso de Engenharia Eletrotécnica Militar frequentariam estágios de especialização na EMEL, nas OGME, nas Oficinas Gerais de Material de Aeronáutica (OGMA) e, se necessário, noutros estabelecimentos fabris, escolas ou centros de instrução e empresas civis (Art.º 27.º, ibidem).

¹³ Definia também as matérias ministradas na AM para os vários cursos (art.º 6.º), detalhando as cadeiras por curso (Art.º11.º) onde, na alínea d), se incluía o Curso de Transmissões (4 anos). No caso das Engenharias, a alínea b) do Art.º12.º detalha o currículo do Curso de Engenharia Eletrotécnica Militar (7 anos), especificando que nas férias grandes realizariam estágios. Nos currícula dos diversos cursos estava incluída a educação física e a instrução militar geral, da responsabilidade do Corpo

Esta aposta das Transmissões no Curso de Engenharia Eletrotécnica Militar iria suprir-lhe, a curto prazo, a necessidade vigente de formar uma massa crítica especializada nas áreas da Eletrónica e das Telecomunicações, permitindo-lhe enfrentar o futuro, em termos tecnológicos, com tranquilidade.

3. CRIAÇÃO da Direção da Arma de Transmissões

Na reorganização do Ministério do Exército, promulgada em 1959¹⁴, foi criada a DAT na dependência da Direção Geral de Instrução e definidas as respetivas missões gerais. Salientam-se as seguintes competências específicas da DAT (ME, 1959, pp. 1247-1248):

- Superintender o estudo, exploração e conservação das telecomunicações militares;
- Assumir a responsabilidade pelos depósitos de material;
- Efetuar o recenseamento, instrução, inspeção e mobilização das Brigadas de Transmissões.

A DAT só foi implementada em 1961, através da Portaria n.º 18 213 (ME, 1961), e compreendia o diretor, os inspetores, a Repartição de Estudos Gerais e de Planeamento da Instrução e a Secção de Expediente e Arquivo.



Figura 1 - Símbolo da DAT
Fonte: DCSI, 2019

Este diploma extinguiu a Inspeção das Tropas de Transmissões (ITT)¹⁵ e determinou que as unidades, órgãos e serviços, do antecedente sob a sua superintendência técnica, fossem incluídos na **Arma de Transmissões**. Inicialmente, a Arma seria provida com o pessoal daquela Inspeção, das unidades de Transmissões e do **Serviço de Telecomunicações Militares** (STM). No entanto, como a Arma não tinha quadros de efetivos aprovados, durante mais 11 anos, até 1970, os oficiais e sargentos continuaram a pertencer à Arma de Engenharia (Pereira Pinto, 2003, p. 6).

Em 1959, o **BT** passou a exercer as funções de Escola Prática, tendo-lhe sido atribuída a missão de ministrar todos os cursos e estágios no âmbito das transmissões, desde 1947 a cargo do BTm3 da EPE, cumulativamente com a sua componente técnica do STM (Bastos Moreira, 1991, p. 31), que entra num período de notável modernização e expansão, para permitir a ligação¹⁶ aos territórios coloniais durante a guerra (Santos, et al., 2008, p. 115).

Em 1965 foi **organizado o RTm**¹⁷ no Quartel do Bom Pastor, no Porto, substituindo o Regimento de Engenharia n.º 2 (RE2), e a 2ª Secção do Depósito Geral de Material de Engenharia (DGME), aquartelada em Linda-a-Velha, deu lugar ao DGMT¹⁸ (Bastos Moreira, 1991, p. 31). Mas como não foi criada a Arma de Transmissões, as UEO de transmissões funcionavam com base em diversa legislação (portarias, despachos ministeriais, diretivas e circulares), faltando o respetivo enquadramento legal para materializar a individualização da Arma.

de Alunos, a instrução de automobilismo, ministrada sob a orientação do professor da 46.ª cadeira (Motores e Material Automóvel) e, nos últimos três anos de cada curso, escolham uma língua estrangeira, nomeadamente, francês, inglês ou alemão.

¹⁴ Decreto-lei n.º 42 564/59, de 7 de outubro (ME, 1959, pp. 1238, 1247-1248).

¹⁵ Em 1946, a Inspeção de Tropas de Comunicações passou a designar-se “*Inspeção das Tropas de Transmissões*” e foi publicado o respetivo regulamento, através do Decreto de 13 de fevereiro de 1946, publicado na Ordem do Exército (OE) n.º 4, 1.ª série, de 20 de julho (MG, 1946, pp. 194-198).

¹⁶ “*São homens desta Arma os engenheiros construtores de pontes sem limite de extensão a unir os corações de todos os militares portugueses de aquém e além-mar. (...) Se meditarmos um pouco sobre o assunto, não podemos deixar de concluir da importância e da imprescindibilidade dessas «pontes» das transmissões militares*” (Bastos Moreira, 1972, p. 8).

¹⁷ Nesta altura o RTm tinha funções, essencialmente, de instrução e de campanha.

¹⁸ Decreto-lei n.º 46 374, na OE n.º 6, 1.ª série, de 30 de junho (ME, 1965).

Em suma, as transformações originadas pela criação da DAT, do RTm e do DGMT, bem como a aposta na valorização técnica dos seus quadros, através da implementação do Curso de Engenharia Eletrotécnica Militar, podem ser consideradas o embrião da futura Arma que viria a ser criada em 1970.

4. Criação da Arma de Transmissões

Em 1970 estavam criadas as condições para materializar a individualização das Transmissões da Arma de Engenharia, nomeadamente (ME, 1970a, p. 1013):

- A dificuldade acrescida da Arma de Engenharia em desempenhar eficientemente a sua crescente missão e continuar a fornecer pessoal para as transmissões, face à sua especificidade técnica;
- Em 1966, saiu da Academia Militar o primeiro curso de oficiais engenheiros de transmissões com destino à nova Arma;
- Urgência da criação da nova Arma atendendo à degradação da situação de segurança no ultramar.

Através do Dec-Lei n.º 364/70¹⁹, de 4 de agosto, foi criada a Arma de Transmissões que integrou todas as atividades das transmissões compreendendo os sectores de campanha e de guarnição, onde se incluía o STM e demais Organismos das Transmissões Permanentes, ligando aquartelamentos fixos, fortalezas, praças-fortes, castelos, campos entrincheirados, etc. Esta ligação estava materializada no próprio símbolo adotado pela Arma de Transmissões - *o castelo com raios* (Macedo e Ribeiro, 2007, pp. 28-29).



Figura 2 - Símbolos das Armas de Engenharia e de Transmissões

Fonte: DCSI, 2020

Este diploma atribuiu à Arma de Transmissões as seguintes **missões**:

- Montar, explorar e manter os meios de transmissões e GE dos comandos das grandes Unidades, ou equivalentes, em campanha e em tempo de paz;
- Planear, coordenar e superintender, tecnicamente, nas atividades de transmissões e GE do Exército, em campanha e em tempo de paz;
- Instruir o pessoal de Transmissões e de GE da Arma e superintender, tecnicamente, a instrução de transmissões em todo o Exército;
- Promover a coordenação das atividades de transmissões e GE do Exército com os restantes ramos das FFAA e entidades civis;
- Apoiar, tecnicamente, os órgãos do Exército nos assuntos de transmissões e GE;
- Realizar o estudo, sistematização e divulgação dos processos técnicos e operacionais das atividades de transmissões e GE por todos os meios, incluindo regulamentos, normas, manuais e instruções para todo o Exército, elaborados em colaboração com as diversas direções das armas e chefias dos serviços interessados;
- Planear e executar, sob orientação do EME, a aquisição, reabastecimento e manutenção do material de transmissões e GE para o Exército.

¹⁹ Publicado na OE n.º 8, 1.ª série, de 31 de agosto de 1970. Uma curiosidade deste diploma é que ele foi retroativo, pois entrou em vigor em 1 de agosto de 1970, mas só foi publicado no dia 4 desse mês.

À nova Arma foram atribuídas as seguintes **unidades e órgãos** (ME, 1970a, p. 1013):

- *DAT*, no Campo de Santa Clara, em Lisboa;
- *RTm*, no Quartel do Bom Pastor, no Porto;
- *Escola Prática de Transmissões* (EPT), no Quartel de Sapadores, em Lisboa;
- *STM*, integrado na EPT, que dispunha de Delegações nas Regiões Militares (RM), no Continente e nas Zonas Militares (ZM) nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira;
- *DGMT*, no Quartel do Carrascal, em Linda-a-Velha, que dispunha de Destacamentos de Reabastecimento e Manutenção nas RM e ZM.

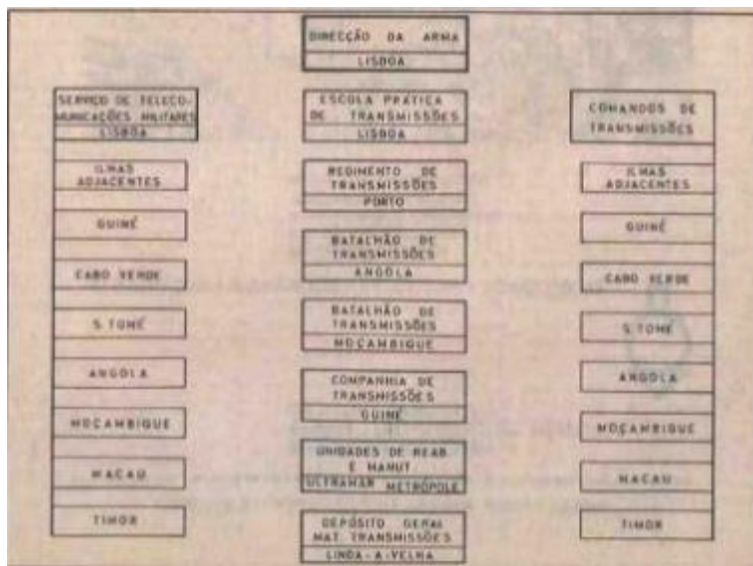


Figura 3 - Órgãos de direcção e de execução da Arma de Transmissões

Fonte: Jornal do Exército (Bastos Moreira, 1971)

O Dec-Lei n.º 364/70 fixou os **efetivos da Arma de Transmissões**, nomeadamente:

- Ao quadro de oficiais generais fixado por lei, foram acrescentados 2 brigadeiros provenientes da Arma de Transmissões (Art.º 3.º);
- Estabelece a constituição dos quadros da Arma (*Tabelas 2 e 3*):

Tabela 2 - Oficiais (Engenheiros e dos Serviços Técnicos de Exploração e de Manutenção das Transmissões)

Postos	Oficiais		Oficiais dos Serviços Técnicos	
	Engenheiros	Exploração	Manutenção	
Coronéis	6	-----	-----	
Tenentes-coronéis	9	1	1	
Majores	16	2	2	
Capitães	36	10	6	
Subalternos	45	30	20	
Total	112	43	29	

Fonte: Ministério do Exército (ME, 1970a, p. 1013)

Tabela 3 - Sargentos (de Exploração e de Manutenção das Transmissões)

Postos	Sargentos de Exploração das Transmissões	Sargentos de Manutenção das Transmissões	
		Mecânicos Radiomontadores	Mecânicos de Material Telefónico e Teleimpressor
Sargentos-ajudantes	10	8	2
1º sargentos	24	24	6
2º sargentos ou furriéis	120	80	15
Total	154	112	23

Fonte: Ministério do Exército (ME, 1970a, p. 1013)

- O número de Praças (cabos milicianos, 1º cabos, 2º cabos e soldados), a integrar na Arma seria fixado por despacho ministerial (Art.º 4.º);

- No quadro de oficiais engenheiros da Arma de Transmissões poderiam ingressar os oficiais habilitados com o curso de Engenharia Eletrotécnica da AM, sendo inicialmente transferidos para esse quadro os Oficiais da Arma de Engenharia reclassificados em Transmissões, exceto os que requeressem manter-se na Arma de origem (Art.º 5.º);
- No quadro de oficiais dos Serviços Técnicos de Exploração e de Manutenção de Transmissões poderiam ingressar os oficiais habilitados pela Escola Central de Sargentos, oriundos dos ramos de Exploração e Manutenção das Transmissões, mas, inicialmente, eram transferidos para esse quadro oficiais oriundos dos ramos Elétrico, Radioelétrico e Eletrónico do Serviço de Material, especializados na manutenção de material de transmissões, e os oficiais do quadro do Serviço Geral do Exército oriundos do ramo de Transmissões da Arma de Engenharia, exceto os que requeressem manter-se na Arma de origem (Art.º 6.º);
- No quadro de Sargentos da Arma de Transmissões, poderiam ingressar os militares que obedecessem às condições legais estabelecidas para as Armas e Serviços, mas inicialmente eram transferidos para a Arma de Transmissões os sargentos nas seguintes situações (Art.º 7.º):

Tabela 4 - Origem dos Sargentos que ingressaram na Arma de Transmissões

Arma de Engenharia	Serviço de Material
<ul style="list-style-type: none"> • Sargentos-ajudantes e 1º sargentos oriundos do ramo Transmissões; • 2º sargentos ou furriéis pertencentes ao ramo Transmissões. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sargentos-ajudantes oriundos da especialidade de Mecânico Radiomontador; • 1º sargentos, 2º sargentos ou furriéis com a especialidade de Mecânico Radiomontador.

Fonte: Ministério do Exército (ME, 1970a, p. 1014)

- Explicita a necessidade de alterar o Regulamento da Escola Central de Sargentos para definir as condições de admissão dos sargentos de Transmissões (Art.º 7.º);
- As Praças da Arma de Engenharia e do Serviço de Material cujas especialidades ou tarefas passassem a ser competência da Arma de Transmissões poderiam ingressar no respetivo quadro (Art.º 8.º).

O Dec-Lei n.º 364/70 especifica ainda que “A forma de preenchimento das vagas no quadro da arma de transmissões, bem como a do preenchimento das vagas nos quadros da arma de engenharia e do serviço de material resultantes da transferência de pessoal destes dois quadros para o primeiro, será regulada por portaria do Ministro do Exército” (Art.º 14.º).

A nova **Arma** assumiu também o encargo de **preparar as transmissões das Forças** envolvidas em situação de campanha, de conflito real ou de crise e a sua ligação ao Território Nacional (TN), além da preparação das especialidades de transmissões em uso nas outras Armas (Macedo e Ribeiro, 2007, p. 29). Mas a nova Arma está também associada à inovação das tecnologias de comunicações militares e dos sistemas de informação, tendo o seu resultado sido aproveitado e implementado por diversas empresas nacionais.

Em suma, nas sábias palavras do coronel Guilherme Bastos Moreira, “é grande e vasta a tarefa que compete à nova ARMA: não nos deveremos esquecer e nunca é de mais salientar que as TRANSMISSÕES são absolutamente necessárias EM TODOS OS ESCALÕES, EM TODA A PARTE, EM QUALQUER LUGAR E EM TODOS OS MOMENTOS” (1970, p. 35).

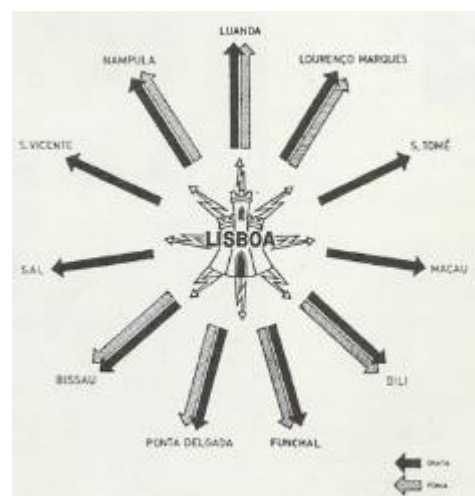


Figura 4 - Ligações do STM ao “Mundo Português”

Fonte: RTm, 2007